



O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Bom dia a todas e a todos.

Quero agradecer aos nossos colegas Parlamentares, às nossas equipes da Casa.

Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião Ordinária da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar as obras do Governo Federal lastreadas com recursos do Orçamento Geral da União em andamento no País.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da Ata da 5ª Reunião, realizada no dia 24 de agosto de 2016.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Sr. Presidente, o Deputado Raimundo Gomes de Matos pede dispensa da leitura da ata, pois já foi disponibilizada anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Coloco em apreciação a dispensa da leitura da ata, a pedido do Deputado Raimundo Gomes de Matos. *(Pausa.)*

Está dispensada a leitura da ata. Não havendo quem queira retificá-la, coloco em votação a ata.

Os Deputados que a aprovam, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 5ª Reunião da Comissão Externa para acompanhar as obras paradas e com recursos do Governo Federal.

Passamos agora à Ordem do Dia.

Tendo em vista o andamento da Comissão, nós reestruturamos e reformulamos o plano de trabalho. Há uma cópia com cada um dos Parlamentares.

Venho, na qualidade de Coordenador da Comissão Externa de obras do Governo Federal, solicitar a aprovação do plano de trabalho, reformulado nos seguintes termos:

1. Objetivos

a. Transformar a Comissão em Comissão Externa com Ônus. Apresentamos ao Presidente da Casa, o Deputado Rodrigo Maia, o Requerimento nº 5.774, de 2017. Com esse objetivo, eu quero inclusive propor aos Parlamentares fazermos uma visita ao Presidente, solicitando a S.Exa. que coloque o requerimento em apreciação no plenário da Casa.

b. Verificar, no âmbito do Congresso Nacional, a existência de estudos ou documentos relativos a obras inacabadas. Isso também está pendente em relação ao nosso primeiro plano de trabalho. No dia 9 de fevereiro de 2017, no Expediente nº 0021, nós solicitamos esse levantamento sobre os documentos relativos a obras inacabadas.



c. Verificar e catalogar as obras paralisadas que possuam potencial de gerar prejuízos aos cofres públicos, objeto de requerimento a ser deliberado nesta reunião, e solicitar ao TCU designação de servidor. Também nós vamos colocar isso em apreciação hoje.

d. Realizar as audiências públicas já aprovadas:

1. Requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União que se encontram paralisadas e levantar medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações, com a presença dos Srs. José Roberto Bernasconi, Presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva — SINAENCO; Haroldo Pinheiro, Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil — CAU/BR; João Borba Filho, Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada — SINICON; e José Carlos Rodrigues Martins, Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção — CBIC. Esse nosso requerimento foi aprovado em 9 de agosto de 2016. Aqui há inclusive uma ação conjunta com a Frente Parlamentar da Engenharia, presidida pelo Deputado Ronaldo Lessa, de Alagoas.

2. Requer a realização de audiência pública para identificar as principais obras custeadas com recursos do Orçamento Geral da União que se encontram paralisadas e levantar medidas para retomada dos empreendimentos e mitigação do risco de novas paralisações, com a presença dos Srs. Marcos Adolfo Ribeiro Ferrari, Secretário de Planejamento e Investimento Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão — MPOG; Claudio Gastal, Presidente Executivo do Movimento Brasil Competitivo — MBC; Victorino Ribeiro Coelho, Presidente da Associação Contas Abertas; e Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Coordenadora da 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. Este requerimento foi também aprovado em 9 de agosto de 2016.

3. Convidar e ouvir o representante do Ministério Público Federal, conforme Requerimento nº 1, de 2016, também em relação às obras paradas. Este requerimento foi aprovado no dia 10 de março de 2016.

4. Convidar e ouvir representante do Ministério da Saúde, conforme Requerimento nº 6, de 2016, ouvindo o Sr. Antônio Carlos Figueiredo Nardi, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde. Este requerimento, aprovado em 8 de agosto de 2016, é de autoria do Deputado Heitor Schuch.



Todos esses requerimentos completam os seis eixos das audiências públicas, para ouvir o mercado, ouvir o Governo, ouvir os órgãos federais, ouvir o terceiro setor.

e. Realizar as visitas externas já aprovadas;

1 - Realizar visitas técnicas, conforme Requerimento nº 5, de 2016, para acompanhar obras paradas do Governo Federal no Estado do Ceará. Este requerimento foi aprovado em 9 de agosto de 2016, inclusive já há data definida, dia 3 de julho.

2 - Realizar visita *in loco*, conforme Requerimento nº 2, de 2016, no Município de Dom Pedrito, duplicação da Ponte do Rio Guaíba e duplicação de 200 quilômetros de Guaíba a Pelotas, na BR-116, respectivamente no Estado do Rio Grande do Sul. Este requerimento, aprovado em 31 de março de 2016, é de autoria do Deputado Heitor Schuch.

f. Realizar audiência pública conjunta da Comissão de Obras e da Frente Parlamentar de Engenharia. Vamos deliberar este requerimento nesta reunião e também a realização de visita *in loco* das obras de construção da Ferrovia Transnordestina, objeto da agenda do dia 3 também.

g. Viabilizar um amplo debate com a sociedade e com o poder público, contando com a presença da Confederação Nacional de Municípios — CNM. Este poderíamos colocar em uma das audiências públicas, faríamos um requerimento de inclusão. Não é, Deputado Evair Vieira de Melo?

h. Realizar reuniões internas para definição de roteiro de vistorias.

i. Verificar na legislação como resolver o descasamento entre planejamento, orçamento e execução. Este item é objeto de requerimento a ser deliberado nesta reunião. Esse é um tema muito importante. Inclusive, já existe legislação, especialmente depois da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas é um dos pontos de maior gargalo em relação às obras que ficam paralisadas, especialmente quando mudam os Governos. Este é um dos objetivos principais desta Comissão.

j. Verificar na legislação e indicar a obrigatoriedade de seguro das obras. Essa é uma sugestão do Deputado Valdir Colatto. S.Exa. pegou a experiência de outros países inclusive.

k. A Comissão deve elaborar um caderno de boas práticas — viu, Sr. Relator, Deputado Evair Vieira de Melo? —, com base nas obras concluídas com êxito, e solicitar recomendação ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT,



Tribunal de Contas da União — TCU, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE, Ministério das Cidades, Ministério do Planejamento, Caixa Econômica Federal. Para sabermos das boas práticas, o objetivo é esse caderno passar a compor...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Deputado, solicito a V.Exa. que aguarde que eu apresente todos os objetivos...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV - ES) - Esse tema já está encaminhado junto ao TCU. Já existe um documento bem adiantado.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Para fazermos o caderno de boas práticas?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV - ES) - Já temos o material elaborado. Acho que vamos conseguir entregar isso num prazo breve.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Deputado, além do TCU, observamos que o FNDE e o DNIT têm sistemas informatizados, só que são de uso interno. Esses sistemas poderão trazer também muitas...

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV - ES) - A nossa sugestão é fazer via TCU, para que isso seja centralizado numa peça única.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Continuando:

l. Fortalecer e atualizar a legislação federal com relação à paralisação e conclusão de obras realizadas com recursos públicos.

m. Desenvolver ações voltadas para a retomada das obras paralisadas e/ou inacabadas. Há o PL 5.664/16, cujo projeto está na Comissão de Trabalho... Aliás, essa matéria já foi aprovada. O Relator foi o Deputado André Figueiredo. Ele propõe a criação de um cadastro único de obras do Governo Federal aberto à toda a população, pegando principalmente, como *benchmarking*, o FNDE e o DNIT, que têm sistemas internos, mas que sejam públicos para a população.

n. Divulgar o *e-mail obrasparadasnobrasil@gmail.com*, que é um canal de comunicação para o recebimento de denúncias dos membros da sociedade civil organizada e de toda a população brasileira.

o. Vistoriar as obras selecionadas, buscando identificar os principais motivos, os responsáveis e os danos causados ao Erário.



p. Debater sobre os problemas encontrados, suas principais causas e os responsáveis.

q. Estabelecer o efetivo acompanhamento por esta Comissão das seguintes obras: duplicação da BR-251, que liga Montes Claros ao norte de Minas, e a BR-116, no Vale do Jequitinhonha.

Há algumas possíveis iniciativas a serem adotadas por esta Comissão Externa de Obras em relação ao projeto de duplicação e readequação dessa BR:

1. Apresentação de emenda ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, incluindo a Ação 15CM - adequação de trecho rodoviário; entroncamento BR-116; entroncamento BR-365, em Montes Claros, na BR-251, Programa 2.087 - Transporte Terrestre, no Anexo de Metas e Prioridades do Governo Federal para o Orçamento da União para 2018 — Inclusive os Srs. Parlamentares, em relação às obras que estão paradas em seus Estados, devem procurar fazer esse estudo.

2. Apresentação de emenda ao Anexo III - Despesas não contingenciáveis, do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, devido à urgência da obra devido às diversas vidas perdidas pela falta da referida obra.

3. Indicação à bancada do Estado de Minas Gerais para apresentação de emenda impositiva destinada à BR-251.

E os últimos objetivos são os seguintes:

r. Acompanhar as obras da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri — *campus* de Janaúba, Unai e Diamantina.

s. Acompanhar as obras de construção do Hospital de Câncer do Noroeste Mineiro, em Unai.

t. Elaborar o relatório.

Coloco em discussão o plano de trabalho, para recebermos sugestões. Eu vi que ele ficou bem consistente e com muitas atividades.

Está aberta a palavra aos Srs. Parlamentares.

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV - ES) - Já que não está apresentado conforme o requerimento, eu queria sugerir que os institutos federais... Até por serem novos, eu acho que merecem um destaque em algum ponto depois, uma atenção. Foram abertos muitos *campi*, novos, seminovos, e tudo está praticamente inacabado. Então acho que vale a pena fazer uma reunião com a Secretaria do Ministério que cuida especificamente disso, ou uma



audiência no Ministério da Educação, para tratarmos especificamente das obras inacabadas nos institutos federais. Todos os Estados têm *campi*, *campi* novos que estão com obra iniciada, obra paralisada. Fica essa sugestão.

Volto ao outro tema. Eu já pedi apoio ao TCU, que tem o material base das boas práticas. Acho que vale a pena pedirmos uma audiência com o Ministro Nardes, que tem experiência, gosta do tema e lida com ele, para tratarmos especificamente de homologar uma minuta ou um roteiro do manual de boas práticas.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - O plano de trabalho ainda está em discussão.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Eu creio que o plano de trabalho está um pouco amplo, mas bem conciso. O que nós precisamos ver é como vamos acessar por Estado as obras inacabadas. Creio que nós temos uma relação geral do País. Mas, por exemplo, essas obras de que o Deputado Evair falou, dos *campi* universitários, estão dentro dessas estruturas? Pode ser que a magnitude seja menor, mas não esteja nesse patamar. No Ceará, uns dez *campi*, mais ou menos, estão paralisados, assim como algumas unidades do SUS. Obras de hospitais começaram, pararam. No Ceará, um hospital regional há 2 anos é tido como concluído, mas não está funcionando.

Não sei se o Ministério do Planejamento tem — deve ter — por Estado a relação de todas as obras. Independentemente do valor, 1 milhão, 10 milhões, 50 milhões, 100 milhões, a obra é inacabada, está lá enganchada por falta, talvez, de uma mobilização maior, e a Comissão vai ter essa peculiaridade.

E, junto à Comissão de Orçamento, na hora de votarmos o Orçamento, temos que saber também como vai ficar o estágio daquelas obras que não têm impedimento do TCU e ver o que se pode fazer.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Deputado, quero tratar de dois assuntos.

Primeiro, em relação ao comentário e a proposta do Deputado Evair, é muito importante a sugestão, mas eu queria propor nos reunirmos com o Presidente do TCU — ele chamaria os Ministros que quisesse, os Conselheiros do Tribunal —, até porque já tratamos com ele informalmente sobre isso. Acho que era o melhor a fazer. Então aqui fica a sugestão de marcarmos essa reunião com o Presidente do TCU. E, em relação ao caderno de boas práticas, o TCU tem isso por amostragem, especialmente do DNIT e da Caixa Econômica e algumas outras áreas.



Eu continuo insistindo, Deputado Evair, que o processo seja mais amplo. Devemos consultar essas entidades, o Ministério das Cidades, o Ministério do Planejamento, que têm muitas boas práticas, e acho que conseguiremos.

Segundo, em relação ao que disse o Deputado Raimundo Gomes de Matos, eu acho que, da era de Cristo para cá, não existe no Brasil um lugar em que se saiba — ninguém sabe — quantas obras estão paradas. Se sairmos daqui hoje e anunciarmos que o número é 7 mil, a imprensa vai registrar 7 mil e ninguém tem como nos contestar. Então esse é um dos grandes desafios. Nós não temos esse lugar.

Então, devemos fortalecer o trabalho desta Comissão no sentido de aprovar esse cadastro nosso, esse projeto do cadastro único.

O Governo vai criando, remendando as coisas, e agora existe um aplicativo em que você tira a foto e manda na hora. Só que cada um tem uma iniciativa, e nós queremos ter, através desta Comissão, depois de irmos ao Ministério do Planejamento e até o Presidente da República, um instrumento de gestão único.

Estamos com dificuldades por conta do tamanho da equipe, mas nós pedimos à assessoria da Casa que fizesse esse levantamento para sabermos quantas obras estão paradas. Solicitamos alguns requerimentos ao Ministério do Planejamento, mas não tivemos resposta ainda.

O objetivo, Deputado Raimundo, é chegarmos o máximo possível a um consenso.

Em relação aos institutos federais, Deputado Evair, a proposta de V.Exa. é fazer uma reunião com o Ministério da Educação, não é?

O SR. EVAIR VIEIRA DE MELO (PV - ES) - Sim, com o Ministério da Educação.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD - DF) - Eu queria fazer um aparte em relação à questão dos institutos.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Pois não, Deputado Augusto Carvalho.

O SR. AUGUSTO CARVALHO (SD - DF) - Penso que a questão dos institutos deve ser uma situação recorrente em todos os Estados.

Por acaso, ontem, cheguei a casa, liguei a *TV Senado*, e havia uma Senadora falando da situação dos institutos federais lá no Rio Grande do Norte. No Distrito Federal, volta e meia, há gente batendo na minha porta.

O Instituto Federal de Brasília, lá em Planaltina, o antigo Colégio Agrícola de Brasília, tem uma estrutura arcaica, completamente obsoleta, que precisa muito de melhorias.



Enquanto isso, outros institutos, outros *campi* foram abertos. Eu não sei se houve um planejamento. Havia ali um represamento do ensino técnico, do ensino médio com qualificação.

Eu acho que, nesta audiência com o Ministro, Deputado Zé Silva, deve-se abordar se houve um planejamento, se houve uma discussão maior sobre a proliferação desses *campi*, porque não é possível abrir um negócio novo e não dar a estrutura mínima necessária para funcionamento dos já existentes.

Então, o que vemos hoje no Distrito Federal não é diferente do que vemos nos outros Estados. Alguns institutos estão agonizando; outros estão inacabados. Obras começaram e ficaram paralisadas, no meio do caminho. Alguns já estão funcionando, mas de forma absolutamente precária.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Agradeço ao Deputado Augusto Carvalho. Passo a palavra ao Deputado Luiz Cláudio, de Rondônia.

O SR. LUIZ CLÁUDIO (PR - RO) - Sr. Presidente, eu vejo que o maior problema são as obras federais que foram conveniadas com os Municípios. Há Municípios que já passaram por 3 mandatos, e as obras estão paradas. O saldo está na conta, mas o Prefeito não conclui, não dá prosseguimento às obras.

Então, eu acho que o TCU tem um papel fundamental. Deve-se cancelar o convênio, se não há mais como fazer aditivos para conclusão da obra, e devolver o dinheiro. Muitas Prefeituras estão com obras paradas. Eu acho que o Ministério Público Federal tem que intervir, se houver alguma irregularidade na licitação ou alguma denúncia.

Eu acho que o mais importante, Presidente Zé, coordenador desta Comissão, é agilizar isso. O Prefeito tem que tomar uma decisão. Se o cara assume agora, o abacaxi é dele. Se não há mais condição de concluir a obra, por conta do preço ou porque não há como fazer aditivos, tem que concluir o convênio e devolver o dinheiro à União. Não há outro caminho. Se houver irregularidade, no caso de irresponsabilidade, o Ministério Público Federal deverá tomar as providências. Eu acho que o TCU pode colaborar muito, pode tomar uma decisão política. Não há mais como.

Em Porto Velho, por exemplo, há mais de 100 milhões de recursos na conta da Prefeitura para vários convênios, que já vêm de 3 mandatos anteriores. E o Prefeito novo não tomou nenhuma posição, não sei se por falta de conhecimento técnico. Acredito que isso ocorre no Brasil todo.



Quando é execução direta do órgão federal, Deputado Zé Silva, eu acho que é mais fácil, mas, quando é transferência de recursos via convênio, esse é o gargalo. Há muito dinheiro parado, e o Prefeito, às vezes não por má-fé, termina mudando, tira recursos de um convênio para cobrir outras despesas. E é aí que está complicado.

Eu acho que esta Comissão pode dar uma sugestão ao TCU para que notifique as Prefeituras. Se não há mais como aditivar, não há mais legalidade, não há dinheiro para concluir a obra, então é o caso de se concluir o convênio, devolver o recurso para a União e fazer outros projetos. Essa é a minha sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Agradeço ao Deputado Luiz Cláudio.

Peço à nossa assessoria para encaminhar depois formalmente aos gabinetes de todos os membros da Comissão a resposta que nós recebemos do gabinete do Presidente da República, da Secretaria de Infraestrutura, em relação às 1.600 obras que estão sendo retomadas.

Creio que houve uma vitória muito boa desta Comissão, Deputado Augusto Carvalho, porque o Presidente do Senado estava propondo que se retomassem as 20 maiores obras do País, e, aqui na Comissão, nós encaminhamos uma sugestão que se retomassem 20% das menores, que atingem os menores Municípios, atingem pequenas unidades de saúde, creches. Eles estão respondendo positivamente que acataram nossa sugestão de retomar as menores obras, em torno de 1.600 obras.

Deputado Luiz Cláudio, eles deixam bem claro em relação a essa responsabilidade dos Municípios e dos Estados. Então, como encaminhamento para passar aos requerimentos, eu acho que podíamos, na próxima reunião, aprovar um requerimento de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo solicitando ao Ministério da Educação um diagnóstico dos institutos federais, para termos uma reunião mais propositiva com eles. Acho que seria um bom encaminhamento. Pode ser assim? Consulto os Srs. Deputados.
(Pausa.)

Então, na próxima reunião, nós teríamos um requerimento de S.Exa.

Em relação às obras de responsabilidade de Estados e Municípios, nós poderíamos requisitar, através de um requerimento de autoria dos membros da Comissão ao TCU, ao Ministério do Planejamento, à Caixa Econômica, ao DNIT, ao FNDE e a outros órgãos, das obras paralisadas que eles têm, a relação de quais são de responsabilidade do Estado, do Município e quais são de execução própria. Eu acho que não há obras de execução própria



do Governo Federal, é muito difícil, a não ser dos órgãos federais. Isso seria para fazermos também essa segmentação.

Só para eu dar uma notícia aqui: na nossa segunda audiência pública, da qual participou a Caixa Econômica Federal, fomos informados de que dos 47 mil contratos de repasse da Caixa, não chegam a 12% os que estão no seu curso normal. Digo isso para que se tenha noção da situação lastimável.

Nosso plano de trabalho foi discutido. Não há necessidade de colocá-lo em apreciação, porque ele foi só reformulado, já está aprovado.

Como há alguns requerimentos para serem deliberados, eu vou passar a Presidência da Comissão ao Deputado Evair Vieira de Melo, para fazermos a defesa dos nossos requerimentos.

Passo a Presidência ao Deputado Evair.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. PV - ES) - Leitura dos requerimentos apresentados à Comissão Externa.

Requerimento nº 13, de 2017, do Sr. Zé Silva, que requer a esta Comissão Externa - Obras do Governo Federal que seja feita visita às obras de construção da Ferrovia Transnordestina, em Juazeiro, no Ceará.

Requerimento nº 12, de 2017, do Sr. Zé Silva, que solicita que a Comissão encaminhe ao Tribunal de Contas da União — TCU pedido de sugestões para ajustar a legislação quanto ao cumprimento do planejamento e do orçamento de obras.

Requerimento nº 11, de 2017, do Sr. Zé Silva, que solicita que a Comissão encaminhe ao Tribunal de Contas da União — TCU pedido de sugestões de boas práticas de gestão de obras.

Requerimento nº 10, de 2017, do Sr. Zé Silva, que solicita que a Comissão determine ao Tribunal de Contas da União — TCU o envio de informações sobre obras paralisadas e respectivas causas.

Requerimento nº 9, de 2017, do Sr. Zé Silva, que requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão Externa para acompanhamento de Obras do Governo Federal lastreadas com recursos do Orçamento Geral da União — CEXOBRAS e a Frente Parlamentar Mista de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento Nacional, para debater os dados apresentados pelo TCU sobre as causas de paralisação das obras.

Concedo a palavra ao autor, para a devida defesa dos requerimentos.



O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Sr. Presidente, nós queremos subscrever o Requerimento de nº 13, em virtude também de nós termos uma Comissão Externa que acompanha as obras da transposição e que nós coordenamos. Assim, nós poderemos fazer todas as ações em conjunto, justamente como propõe o Requerimento nº 13, que requer à Comissão que seja feita visita às obras de construção da Ferrovia Transnordestina, em Juazeiro do Norte. É o Requerimento de nº 13.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. PV - ES) - Subscrição atendida do Sr. Deputado ao requerimento do Deputado Zé Silva.

O SR. ZÉ SILVA (SD - MG) - Bem, primeiro, quero registrar aqui honrosamente a presença do nosso conterrâneo, que hoje é Deputado do Estado de Mato Grosso, o Deputado Valtenir Pereira, que inclusive vai registrar sua presença ali no painel. Quero agradecer S.Exa. pela presença aqui nesta nossa reunião.

Bem, Sr. Presidente, entre os nossos requerimentos, o primeiro é para essa nossa missão de visita a obras paradas no Estado do Ceará. Os demais são requerimento de informações ao Tribunal de Contas da União para o caderno de boas práticas e também do orçamento sobre a legislação quanto ao cumprimento do planejamento das obra paradas, que foram temas já debatidos na Comissão.

Então, eu queria só pedir o apoio dos Srs. Parlamentares à aprovação dos nossos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Evair Vieira de Melo. PV - ES) - Coloco em votação em bloco os requerimentos.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Requerimentos aprovados. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Bem, antes do encerramento da presente reunião, eu vou abrir a palavra para os Srs. Parlamentares.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Aproveitando aqui o que o Deputado Evair Vieira de Melo havia comentado, nós tivemos a iniciativa de ir ao Estado do Ceará buscar a informação nos órgãos federais das obras inacabadas.

Para V.Exas. terem uma ideia aqui, há as metas prioritárias em 2016. Há vários campos em que estão paralisadas as obras, como em Acopiara, Horizonte, Boa Viagem. E há fotos comprovando isso. Toda essa demanda já está com a Secretária Nacional, a Dra. Eliene. Nós estivemos inclusive lá mostrando. Ela tinha assumido há pouco tempo e disse:



"Olha, eu não tenho ainda um relatório do Brasil como esse que já foi apresentado pelo Estado do Ceará, e nós precisamos verificar e ver como será feita toda essa..." (Pausa.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - É. Exatamente.

Isto aqui está há 2 ou 3 anos parado. Por exemplo, esta aqui, em Canindé, e na minha cidade, Maranguape, está há 2 anos paralisada, e, o pior, politicamente, o Deputado... Nós fazemos... O reitor foi lá, anunciou a obra: "*Cadê o dinheiro?*", não sei o quê... Então, a situação é complicada. Eu acho que, na reitoria de cada Estado, eles já devem ter esse levantamento, para podermos fazer toda essa visita.

Na proposta da nossa visita a algumas obras no Ceará, a ideia é fazermos em conjunto com a Comissão Externa da Ferrovia Transnordestina. Como a Comissão da Transnordestina tem ônus para a Casa, e o Deputado Zé Silva já está propondo que essa Comissão também tenha ônus para a Casa, nós estamos já mantendo contato com a FAB para disponibilizar uma aeronave para esse percurso. A ideia seria no dia 3 de julho, segunda-feira. A aeronave partiria de Brasília para Fortaleza, onde nós já verificaríamos a obra do aeroporto, que está também parada há vários anos. Foi iniciada por ocasião dos jogos da Copa e não foi concluída. Está lá a obra abandonada.

Paralelamente, nós teríamos outro seminário de uma comissão em conjunto na Assembleia Legislativa e, na hora do almoço, na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, que é a sede da Transnordestina lá, da concessionária. O novo administrador da ferrovia faria uma apresentação da sua nova proposta, porque o TCU não está mais autorizando a liberação de recursos. O Governo já colocou 5 bilhões de reais na obra, e eles querem mais 5 bilhões de empréstimo. Ele conseguiu porque está colocando como se fosse dele. O Banco do Nordeste disse que ele já tem que começar a pagar o que pediu emprestado, e ele quer dar o lucro das futuras cargas como garantia do pagamento.

O que ocorre? Nós iríamos a esse almoço da FIEC com os empresários, junto com a Transnordestina, e apresentaríamos essa nova proposta que nós devemos receber. Paralelamente a isso, o TCU está entregando nestes próximos dias o relatório de todos os 1.700 quilômetros. A Transnordestina sai de Fortaleza, vai para Suape, em Pernambuco, e desce para Eliseu Martins. O que aconteceu? Eles fizeram um pedaço em Eliseu Martins, um em Pernambuco e outro no Ceará. Está lá nada ligando nada. *(Risos.)*

Com isso, nós faríamos esse debate na sede da FIEC.



Visitaríamos também a BR-116, que é uma obra que tem mais de 10 anos, quando Eliseu Padilha ainda era Ministro dos Transportes. É da Região Metropolitana. A ideia seria que, na segunda à noite, nós embarcaríamos para Juazeiro do Norte, onde pernoitaríamos, e nos deslocaríamos de carro para o marco zero da Transnordestina, que é em Missão Velha. Nós faríamos a visita a um trecho da Transnordestina, automaticamente, almoçaríamos em Juazeiro e voltaríamos.

Chegaríamos a Brasília por volta das 15 horas na terça-feira, dia 4. Agora, boa parte dos Parlamentares teria que pernoitar no domingo aqui. Por quê? Porque o ideal seria que a aeronave saísse às 6 horas, para haver tempo de chegar a Fortaleza, ver o aeroporto e cumprir essa pauta.

Quanto à logística, nós sempre conseguimos o apoio da Polícia Rodoviária Federal. Junto com o Governo, conseguimos resolver a logística do transporte e o que mais for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Deputado Raimundo, eu queria...

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Precisamos decidir com certa antecedência, porque o dimensionamento da aeronave depende da nossa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Da comitiva.

O SR. RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB - CE) - Da comitiva. Eu já estou verificando, entre os membros da Comissão da Construção da Ferrovia Transnordestina, quem irá. Nas vezes anteriores, nós conseguimos fazer com que a *TV Câmara* nos acompanhasse, por se tratar de uma missão oficial da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Deputado Raimundo, primeiro, quero cumprimentá-lo pela programação.

Vamos avaliar com a Frente como adequaremos um pouco o seminário. O seminário é da Frente Parlamentar da Assistência Técnica e Extensão Rural. Foi criada uma agência, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural — ANATER, e foi lançado ontem o Plano Safra da Agricultura Familiar. Nós vamos adequar o seminário à sua programação. E vamos estabelecer um prazo aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - O seminário ocorrerá na segunda-feira, em Fortaleza. Vamos fazer duas atividades.

(Intervenção fora do microfone.)



O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Em Fortaleza. Esse seminário da Frente Parlamentar, Deputado Augusto Carvalho, nós fizemos em quase todas as regiões do País. Falta só fazer no Nordeste. Refiro-me ao seminário sobre assistência técnica e extensão rural.

Eu queria, até a próxima quarta-feira, oficializar os membros da Comissão e estabelecer a comitiva, para que seja possível dimensionar a aeronave que solicitaremos à FAB.

Deputado Valtenir Pereira, primeiro quero lhe agradecer a presença. Foi feito um convite formal desta Comissão para a sua bancada, para que o indicassem. Será um prazer vê-lo compor esta Comissão, que estou tendo a honra de coordenar. Esta Comissão teria dois Parlamentares por região, mas está aumentando o número de Parlamentares interessados em participar dela, porque ninguém sabe o tanto de obras paradas que há no Brasil. Nossa expectativa é encerrar os trabalhos dela até o final deste ano. Depois, no começo do próximo ano, teríamos o relatório com os nossos objetivos.

Quero pedir à Assessoria da Comissão que encaminhe ao Deputado Valtenir Pereira a documentação a respeito do que aqui foi tratado.

Deputado Valtenir, a palavra está aberta a V.Exa., caso queira fazer alguma consideração.

O SR. VALTENIR PEREIRA (PMDB - MT) - Bom dia, Presidente, Relator, demais Parlamentares aqui presentes, equipe técnica.

Eu quero, na verdade, parabenizá-los pela iniciativa, uma iniciativa importantíssima.

Aqui eu pude perceber uma situação grave. Considerem o investimento que se faz em ferrovias — 1 quilômetro de ferrovia, se não me engano, hoje custa uns 4 milhões de reais — e imaginem o que é construir em determinado local 50 quilômetros de ferrovia, mais à frente outros 50 quilômetros de ferrovia e depois mais 50 quilômetros, sem que haja qualquer interligação entre os trechos. Vejam o tanto de dinheiro que se gasta em algo inócuo, sem efetividade, sem funcionalidade!

Então, é muito importante que haja uma Comissão com essa bandeira, com essa pauta, discutindo a questão de obras inacabadas no Brasil.

Em Mato Grosso há várias obras inacabadas. Cito, por exemplo, o caso do Hospital Júlio Müller. A empreiteira que ganhou a licitação começou a trabalhar, não teve pernas para continuar e acabou abandonando a obra. O investimento previsto era de mais de 120 milhões de reais, mas foram investidos apenas 15 milhões de reais. A obra está parada, e



nós precisamos de leitos hospitalares. Isso é só uma amostra. Há ainda as obras da Copa, como a do COT da UFMT, o Centro de Treinamento da Universidade Federal de Mato Grosso. Aproveitou-se o espaço físico da UFMT para melhorar esse equipamento público, fazendo-se um COT para a Copa de 2014, mas até hoje essa obra não terminou.

Então, essas mazelas precisam ser combatidas, e este grupo de Parlamentares está de parabéns, porque está cumprindo o papel de fiscalizar, o papel de fazer a coisa acontecer. Estão todos de parabéns.

Podem contar comigo! Vou ver no PMDB como está a articulação para que eu possa estar junto com vocês nesta luta.

O SR. PRESIDENTE (Zé Silva. SD - MG) - Agradeço ao Deputado Valtenir Pereira, mineiro que está emprestando sua liderança e competência para Mato Grosso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Oportunamente agendaremos outra reunião, na próxima semana ou na seguinte. Está encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.